

**Central Geradora Eólica
Icaraí II S.A.**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Eólica Icaraf II S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Icaraf II S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Icarai II S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

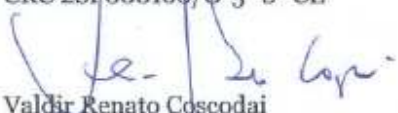
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.19, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 1ª de março de 2012, sem ressalvas.

Fortaleza, 22 de abril de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" CE

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Balanco patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	36.922			Fornecedores	4.706	52	14
Impostos a recuperar	5			Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	93.978		
Outras contas a receber	17		90	Partes relacionadas (Nota 8)	12.636		
	<u>36.944</u>		<u>90</u>	Impostos e contribuições a recolher	39	1	1
				Imposto de renda e contribuição social a pagar	44		
Não circulante				Compensação ambiental a pagar	201	669	
Imobilizado (Nota 6)	102.363	926	45	Outras contas a pagar	5		
Intangível	977		229		<u>111.609</u>	<u>722</u>	<u>15</u>
	<u>103.340</u>	<u>926</u>	<u>274</u>	Não circulante			
				Partes relacionadas (Nota 8)			44
							44
				Total do passivo	<u>111.609</u>	<u>722</u>	<u>59</u>
				Patrimônio líquido (Nota 9)			
				Capital social	32.492	1.489	707
				Prejuízos acumulados	(3.817)	(1.285)	(402)
				Total do patrimônio líquido	<u>28.675</u>	<u>204</u>	<u>305</u>
Total do ativo	<u>140.284</u>	<u>926</u>	<u>364</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>140.284</u>	<u>926</u>	<u>364</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro por ações

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros	(1.836)	(360)
Gastos com pessoal	(398)	
Arrendamentos	(17)	(26)
Despesas administrativas	(27)	
Despesas com viagens		(47)
Depreciação	(39)	
Impostos e taxas	(14)	(1)
Outros	(50)	(62)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	<u>(2.381)</u>	<u>(496)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 10)	<u>(11)</u>	<u>(387)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(2.392)</u>	<u>(883)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(140)</u>	
Prejuízo do exercício	<u>(2.532)</u>	<u>(883)</u>
Prejuízo do exercício por ação do capital social - R\$	<u>(0,08)</u>	<u>(0,09)</u>

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada uma vez que não há outros resultados abrangentes além do prejuízo do exercício.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar			
Em 31 de dezembro de 2010	10.000	(9.293)		(402)	305
Integralização de capital		782			782
Prejuízo do exercício				(883)	(883)
Em 31 de dezembro de 2011	10.000	(8.511)		(1.285)	204
Adiantamento para Futuro					
Aumento de Capital (AFAC)			31.003		31.003
Aumento de capital subscrito (Nota 9(a))	22.492		(22.492)		
Integralização de capital		8.511	(8.511)		
Prejuízo do exercício				(2.532)	(2.532)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>32.492</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(3.817)</u>	<u>28.675</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.392)	(883)
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação	39	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	(140)	
	<u>(2.493)</u>	<u>(883)</u>
(Acréscimo)/decréscimo nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(5)	
Partes relacionadas		
Outras contas a receber	(17)	90
	<u>(22)</u>	<u>90</u>
Acréscimo/(decréscimo) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.654	38
Impostos e contribuições a recolher	38	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	44	
Partes relacionadas	12.636	(44)
Compensação ambiental a pagar	(468)	669
Outras contas a pagar	5	
	<u>16.909</u>	<u>663</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>14.394</u>	<u>(130)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(101.476)	(881)
(Aquisição) baixa de ativo intangível	(977)	229
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(102.453)</u>	<u>(652)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	93.978	
Aumento/integralização de capital	31.003	782
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>124.981</u>	<u>782</u>
Variação		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	36.922	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>36.922</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Icaráí II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Central Geradora Eólica Icaráí II S.A. ("CGE Icaráí II" ou "Companhia"), Sociedade de Propósito Específico (SPE), foi fundada em 4 de janeiro de 2010 e possui sede no Sítio Saturno localizado no Distrito de Icaráí, Município de Amontada, Estado do Ceará. É controlada pela Ventus Energias Renováveis S.A. sendo que a controladora final é a Queiroz Galvão S.A. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir operar manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos por qualquer título de direito; (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia provenientes de sua propriedade; e (iii) explorar a concessão do Serviço Público de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Alinhado ao previsto em seu Estatuto Social, possui como propósito específico a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Icaráí II.

Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia assegurou, por meio do segundo leilão de energia de reserva (LER 2009) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o fornecimento anual de 157.680 MWh de energia fixa, por 20 (vinte) anos, que pode sofrer variações conforme a geração efetiva do parque, desde que a geração fique entre 141.912 MWh e 204.984 MWh. Fora deste limite entrará na regra da "conta de energia" conforme cláusula 7 do contrato de compra e venda de energia (CER).

Em 30 de agosto de 2010, por meio da Portaria nº 761, a Companhia recebeu a autorização (Outorga) para se estabelecer como Produtor Independente de Energia Elétrica pelo período de 35 anos, mediante a implantação e exploração da EOL Icaráí II, constituída de dezoito Unidades Aerogeradoras totalizando 37.800 kW de capacidade instalada e, ainda, autorizar a implantar o Sistema de Transmissão, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de 98 km de extensão interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Sobral III.

A Portaria nº 705, de 06 de agosto 2010, do Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento da EOL Icaráí II no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que consiste na suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições e importações de bens e serviços vinculadas ao projeto de Infraestrutura aprovado, realizadas no período de cinco anos contados da data da habilitação de pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura.

Em 16 de novembro de 2010 foi assinado o Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade quantidade de energia elétrica, celebrado entre a CGE Icaráí II e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que estabelece a quantidade de energia a ser vendida pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos, o preço de venda, o reajuste anual do preço de venda, responsabilidades do vendedor e comprador e outros assuntos.

A CGE Icaráí II obteve, em 19 de janeiro de 2011, a Licença de Instalação número 9/2011 - COPAM - NUCAM, expedida pela SEMACE, localizada no Sítio Saturno, município de Amontada - CE.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com Parque Eólico em construção (vide Nota 6). De acordo com Resolução Autorizativa nº 3.222/11 emitida pela ANEEL e que trata do cronograma de implantação da EOL Icaráí II, o início da operação comercial das unidades geradoras ocorreria em 15 de dezembro de 2012. Contudo, em 22 de novembro de 2012 a Companhia protocolou junto a ANEEL um pedido de postergação do prazo para entrada em operação comercial e para início de suprimento do Contrato de Energia de Reserva, pedido este que permanece até o presente momento sob análise da ANEEL.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava capital circulante negativo de R\$ 74.665 mil. Essa situação está alinhada com o plano de negócio aprovado para esta SPE, no seu atual estágio de pré-operação, e decorre da captação de empréstimos "ponte" para a execução de seu projeto. Conforme descrito na Nota 7, esses empréstimos e financiamentos contam com a garantia das próprias ações da Companhia e com o aval e fiança bancária da Queiroz Galvão S.A., controladora final da Companhia. Adicionalmente, a quitação dos empréstimos "ponte" está vinculada à obtenção do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES, cujo processo está em curso e deverá ser concluído durante o exercício de 2013 (Nota 7).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em 16 de abril de 2013.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e consideram o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua - moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, certas reclassificações foram efetuadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com o objetivo adequação dos saldos contábeis e de melhorar sua comparabilidade com o exercício corrente, conforme explicado na Nota 2.19.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Não existem operações classificáveis como disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Valor justo e perda por *impairment*

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(d) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

2.6 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.7 Intangível

Registrado ao custo de aquisição e refere-se a gastos com faixas de servidão de passagem. As servidões serão amortizadas após a entrada em operação comercial do parque eólico, pelo prazo remanescente da autorização.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens relacionados à construção do parque ainda não foi iniciada pois os bens ainda não se encontram em operação.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2012 não há registros de *impairment*.

2.10 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

2.13 Provisão para compensação ambiental

Registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou que tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do parque eólico, esses valores serão depreciados pelo prazo remanescente da autorização.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, as sociedades cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.15 Arrendamentos

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador e são, dessa forma, classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado, durante o período do arrendamento.

2.16 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.17 Capital social e adiantamentos para futuro aumento de capital

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados como instrumentos de patrimônio quando: (i) estiver pré-estabelecida a quantidade de ações a ser emitida em decorrência do adiantamento; (ii) a conversão for irrevogável e irretroatável e (iii) o adiantamento não prever indexação e estiver na mesma moeda funcional da Companhia. Nos demais casos, os adiantamentos são tratados como instrumento de dívida.

2.18 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência. A Companhia ainda não iniciou suas operações e, assim, ainda não auferiu receita de vendas de energia.

Os custos e despesas registradas no resultado referem-se a gastos na fase de pré-operação e que não são diretamente atribuíveis e para preparar o ativo imobilizado.

2.19 Reapresentação das cifras comparativas

Em 2012, foram realizados ajustes para correção de erros no saldo de abertura pela administração. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas substancialmente em função de alteração de critérios contábeis e estão sendo reapresentadas.

Central Geradora Eólica Icarai II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	2011		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	40	(40)	
Não circulante	1.064	(138)	926
Total do ativo	<u>1.104</u>	<u>(178)</u>	<u>926</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	103	619	722
Patrimônio líquido	1.001	(797)	204
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.1.04</u>	<u>(178)</u>	<u>926</u>
Resultado			
Despesas administrativas	(86)	(410)	(496)
Despesas financeiras		(387)	(387)
Prejuízo do exercício	(86)	(797)	(883)

3 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas das Usinas Eólicas de maneiras distintas, conforme o perfil da energia (testes ou comercial).

No caso da energia de testes, o montante gerado é liquidado no Mercado de Curto Prazo (MCP), proporcionando um crédito a receber pela eólica. De acordo com as regras de mercado da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), os agentes credores participam do rateio de inadimplência do MCP. O que geralmente ocorre é a participação da eólica neste rateio, e no mês seguinte, ela recebe de volta o valor descontado corrigido monetariamente, em função da execução das garantias financeiras dos agentes inadimplentes.

Na energia comercial, o risco é diminuto, embora exista. Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER. Parte da CONER é destinada a um fundo de garantia, cujo objetivo é cobrir eventuais inadimplências no pagamento do EER. Normalmente, o saldo destinado para este fim equivale a 1/12 da receita fixa anual da energia de reserva.

(ii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizada de forma centralizado pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Até o mês de agosto de 2012 os recursos financeiros para investimentos foram obtidos através apenas dos aportes de capital realizados pela Companhia controladora, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em agosto e dezembro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias e obteve financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), respectivamente, tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado, em adição aos aportes das companhias controladoras. Esses investimentos deverão ser realizados até que a Companhia esteja totalmente em operação e passe a gerar caixa.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores divulgados na tabela abaixo são os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2012	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2013	Entre um e dois anos 1º de janeiro de 2014 - 31 de dezembro de 2014	Acima de dois anos
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional				
Fornecedores e outras obrigações	4.706	4.706		
Financiamentos	94.057	47.691	46.366	
Garantias financeiras	14		14	
	<u>98.777</u>	<u>52.397</u>	<u>46.380</u>	

A administração tem a expectativa de liquidar o financiamento junto ao BNDES durante o exercício de 2013, cujo vencimento original está previsto para fevereiro de 2014 e, assim, o classificou no passivo circulante.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva de [REDACTED] ao ano para empréstimos captados junto ao Banco do Brasil e BNDES respectivamente, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente durante o período de carência.

(iv) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

(v) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Empréstimos e recebíveis	2012	2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalente de caixa	36.922	
	<u>36.922</u>	<u></u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos a pagar	93.978	
	<u>(57.056)</u>	<u></u>

(vi) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários		
de curto prazo		
AA (*)	36.922	
	<u>36.922</u>	<u></u>

(*) A classificação dos bancos foi obtida no *site* da Standard & Poor's.

(vii) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa		
Contas-correntes	13	
Aplicações financeiras (*)	<u>36.909</u>	
	<u>36.922</u>	

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados, remuneradas à taxa de [REDACTED] da variação do CDI.

5 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos por imposto de renda a recuperar sobre aplicação financeira.

6 Imobilizado

	<u>Composição imobilizado</u>		
	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>1º de janeiro de 2011</u>
Em serviço	383	163	45
Veículos	218		
Torre anemométrica	204	163	45
(-) Depreciação acum. - veículos	(29)		
(-) Depreciação acum. - torre anemométrica	(10)		
Em curso	101.980	763	
Estudos e projetos	232	36	
Obras em andamento	27.304	58	
Adiantamento a fornecedores	71.104		
Outros custos capitalizáveis	<u>3.340</u>	<u>669</u>	
	<u>102.363</u>	<u>926</u>	<u>45</u>

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imobilizado aconteceu da seguinte forma:

	Obras em andamento	Estudos e projetos	Torre e metemótrica	Adiantamentos	Outros	Total
Custo						
Em 31 de dezembro de 2011	58	36	163		669	926
Adições	27.246	196	41	71.104	2.889	101.476
Em 31 de dezembro de 2012	27.304	232	204	71.104	3.558	102.402
Depreciação						
Em 31 de dezembro de 2011						
Depreciação acumulada			(10)		(29)	(39)
Em 31 de dezembro de 2012			(10)		(29)	(39)
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2011	58	36	163		669	926
Em 31 de dezembro de 2012	27.304	232	194	71.104	3.529	102.363

A Companhia possui Contrato de Engenharia, Aquisição e Montagem de Equipamentos e Construção de Parque Eólico em regime de empreitada integral, por preço global (Turnkey Lump Sum) no montante de R\$ 114.439, com a empresa Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda, a fim de implantar Parque Eólico envolvendo 18 (dezoito) aerogeradores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia capitalizou ao seu ativo imobilizado em curso o montante de R\$ 708 referente a encargos financeiros, líquidos de receita financeira decorrente de aplicações temporárias com recursos não utilizados.

Para a construção e operação de seu Parque Eólico, a Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. O contrato de arrendamento é de 25 anos. Até a entrada em operação, a Companhia efetuará pagamentos predeterminados e, a partir da entrada em operação, passará a pagar importância mensal correspondente a 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida. Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

Os bens e as instalações utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser transferidos à terceiros sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

7 Empréstimos e financiamentos

	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil	46.550		46.550			
BNDES -	18.892		18.892			
BNDES -	27.450		27.450			
Encargos de dívida	1.165		1.165			
Garantia financeira	14		14			
(-) Custo de captação	(93)		(93)			
	93.978		93.978			

(*) De acordo com o contrato firmado em dezembro de 2012, o vencimento dos financiamentos obtidos junto ao BNDES está previsto para fevereiro de 2014. No entanto, a administração classificou o financiamento como circulante uma vez que a expectativa de liquidação do mesmo é para o exercício de 2013.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O vencimento dos contratos de empréstimos "ponte" com o Banco do Brasil e com o BNDES se dará na data de vencimento estabelecida nos respectivos contratos, ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à Companhia por meio de Contrato de Financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

A garantia do financiamento do Banco do Brasil é a garantia fidejussória representada por aval da Queiroz Galvão S.A. As obrigações decorrentes do contrato com o BNDES foram garantidas com o penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato. Adicionalmente, o contrato com o BNDES está garantido também por fiança bancária, válida até 15 de fevereiro de 2014, suportada pela Queiroz Galvão S.A.

O Banco do Brasil poderá declarar antecipadamente vencida as notas promissórias no caso de não cumprimento da obrigação de divulgação das demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes em 30 dias contados do término do prazo para divulgação que deve ocorrer até três meses após o encerramento do exercício social.

No caso do contrato do BNDES, poderá declarar vencido antecipadamente o contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) a redução do quadro de pessoal da Companhia sem atendimento ao contrato; (b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (c) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto de geração eólica; (d) o descumprimento de quaisquer das obrigações constantes no contrato; (e) a modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e (f) entre outras.

A administração acompanha periodicamente as cláusulas restritivas da dívida e as mesmas estão sendo atendidas em 31 de dezembro de 2012.

A mutação do financiamento ocorreu da seguinte forma:

	2012	2011
Saldo final do exercício anterior		
Circulante		
Encargos	1.165	
Financiamentos obtidos	92.892	
	<u>94.057</u>	

8 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como demonstrados a seguir:

	2012	2011
Central Geradora Eólica Icará I S.A. (*)	12.561	
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	75	
Total partes relacionadas passivo (circulante)	<u>12.636</u>	

(*) O saldo a pagar à Central Geradora Eólica Icará I S.A. se refere substancialmente a ressarcimento de gastos com a aquisição de ativo imobilizado (centro de operações, subestação e linha de transmissão), pagos pela CGE Icará I, e que beneficiará o complexo Icará como um todo, que contará com os parques eólicos de EOL Icará I e EOL Icará II.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou *impaired*.

A administração estima que estas transações sejam liquidadas durante o primeiro semestre de 2013.

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.492 (2011 - R\$ 1.489), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	2012		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Ventus Energias Renováveis S.A.	32.491.836	100%	32.491.836
	2011		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Energio Nordeste Energias Renováveis S.A.	9.900.000	99	9.900.000
Central Eólica Icará II Ltda.	100.000	1	100.000
	10.000.000	100	10.000.000

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram aumentar o capital social, com os montantes de adiantamento para futuro aumento de capital, conforme demonstrado a seguir:

Data da assembleia	Montante - reais	Quantidade de ações emitidas
28 de maio de 2012	13.915	13.915.499
30 de junho de 2012	7.318	7.317.636
12 de dezembro de 2012	1.259	1.258.701

Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias de acionistas.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

Central Geradora Eólica Icará II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (a) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (b) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

10 Resultado financeiro líquido

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(8)	(205)
Outras despesas financeiras	<u>(3)</u>	<u>(182)</u>
	<u>(11)</u>	<u>(387)</u>

11 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de notas promissórias comerciais da CGE Icará II, em série única, no montante total de R\$ 46.550 cujo vencimento é em 28 de agosto de 2013. Os recursos captados foram utilizados para pagamento das notas promissórias da primeira emissão da Companhia, cujos recursos foram destinados aos investimentos de implantação do parque eólico, funcionando como empréstimo "ponte" para a operação de longo prazo a ser contratada junto ao BNDES. Sobre o valor nominal da nota promissória incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de ██████████ acrescida de uma sobretaxa de ██████████

A emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2013.

* * *